

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.773.029 - SP (2020/0264198-7)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : LAVRITA ENGENHARIA DE SERVICOS ESPECIAIS
MECANIZADOS LTDA
ADVOGADO : HENRIQUE SERAFIM GOMES - SP281675
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por LAVRITA ENGENHARIA DE SERVICOS ESPECIAIS MECANIZADOS LTDA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. TUTELA URGÊNCIA. Decisão que indeferiu a liminar. Alegada ausência de notificação. Questão decidida pela Colenda Turma Especial da Seção de Direito Público deste Tribunal, no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas nº 2187472-23.2017.8.26.0000 (Tema 13), cuja tese foi firmada no sentido de ser dispensada a lavratura de autuação e consequente notificação nos casos de multas por não indicação de condutor quando o autuado é pessoa jurídica. 'Fumus boni iuris' não evidenciado. Aguardo tão somente do trânsito em julgado.

Não há vácuo legal ou administrativo sobre o tema, extremamente sensível (segurança no trânsito).

Independentemente de dissídio judicial, consignando-se que este relator assim decide faz muito, a lei (CTB) continua em vigor e o CONTRAN disciplinou o tema através da Resolução n.º 710, de 25 de outubro de 2017, plenamente em vigor e obrigatória. Manutenção do sobrestamento.

Recurso não provido.

Nas razões do recurso especial obstado na origem, alega violação dos arts. 300 do CPC; 29, VIII, e 187, I, do CTB, além de divergência jurisprudencial, no que concerne à concessão da tutela de urgência, trazendo o seguinte argumento:

No que diz respeito ao "fumus boni iuris", as determinações do art. 29, inciso VIII do Código de Trânsito Brasileiro, e nos próprios decretos municipais, não deixa dúvida quanto a legalidade do direito pleiteado pela recorrente, neste cenário, a probabilidade de sucesso na tese da Autora é expressiva, podendo dizer que se tiver a apreciação da Corte Superior o

resultado é favorável pela anulação das multas.

Analisando a existência do "periculum in mora", saliento que trata-se de veículo que está impedido de ser licenciado em razão da falta de pagamento das multas debatidas nesta lide, e as de consequência por não indicação de condutor, e a Autora não dispõe do valor.

Nesta situação, considerando que a Autora é uma transportadora e coletora de lixo, e o veículo é seu material de trabalho, compromete o faturamento da empresa, uma lesão grave e de difícil reparação, além do veículo ficar no risco de ser apreendido, se circular, ou depreciar e deteriorar por falta de uso e manutenção. (fls. 55).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, incide, por analogia, o óbice da Súmula n. 735/STF, pois, conforme a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, é inviável, em regra, a interposição de recurso especial que tenha por objeto o reexame do deferimento ou indeferimento de medida acautelatória ou antecipatória, tendo em vista sua natureza precária e provisória, cuja reversão é possível a qualquer momento pela instância a quo.

Nesse sentido: “É sabido que as medidas liminares de natureza cautelar ou antecipatória são conferidas mediante cognição sumária e avaliação de verossimilhança. Logo, por não representarem pronunciamento definitivo a respeito do direito reclamado na demanda, são medidas suscetíveis de modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmadas ou revogadas pela sentença final. Em razão da natureza instável de decisão desse jaez, o STF sumulou entendimento segundo o qual "não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar" (Súmula 735/STF). O juízo de valor precário, emitido na concessão de medida liminar, não tem o condão de ensejar a violação da legislação federal, o que implica o não cabimento do Recurso Especial, nos termos da referida Súmula 735/STF”. (AgInt no AREsp 1.598.838/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 21/8/2020.)

Confira-se ainda o seguinte precedente: AgInt no AREsp 1.571.882/BA, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 01/07/2020; AgInt no REsp 1.830.644/RO, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 26/06/2020; AREsp 1.610.726/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 26/06/2020; AgInt no AREsp 1.621.446/RJ, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 27/04/2020; AgInt no AREsp 1.571.937/PA, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 13/04/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno

Superior Tribunal de Justiça

do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente